

BENJAMIN E PROUST: TRADUÇÃO E APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA ORIGINAL

Erika Luiza PIZA*

Antes do nome

*Não me importa a palavra, esta corriqueira,
Quero é o esplêndido caos de onde emerge a sintaxe,
os sítios escuros onde nasce o 'de', o 'aliás',
o 'o', o 'porém' e o 'que', esta incompreensível
muleta que me apóia.
Quem entender a linguagem entende Deus
cujo Filho é Verbo. Morre quem entender.
A palavra é disfarce de uma coisa mais grave, surda-muda,
foi inventada para ser calada.
Em momento de graça, infrequêntíssimos,
se poderá apanhá-la: um peixe vivo com a mãe.
Puro susto e terror.
Adélia Prado (1991, p.22)*

RESUMO

O presente trabalho aborda aspectos sobre o trabalho do tradutor do texto literário. Para sustentar tal abordagem apoiamos-nos nos textos filosóficos de Walter Benjamin. Também procuramos estabelecer a aproximação da “tarefa” do tradutor à do escritor do texto literário; para tanto embasamos-nos em texto de Marcel Proust.

PALAVRAS-CHAVE: Língua pura. Fidelidade/liberdade. Incomunicabilidade. Tradução interlinear.

Tomemos o texto de Benjamin sobre a tradução, “A tarefa do tradutor”, — traduzido inadequadamente para a língua portuguesa; como veremos, a tradução é um problema mais que uma tarefa — para tecermos algumas considerações a respeito da concepção de tradução para o filósofo, relacionando a essas considerações a concepção de Marcel Proust referente à gênese do texto literário enquanto trabalho do criador/escritor em traduzir o que é próprio da condição humana. Para cumprirmos esse propósito, a reflexão terá fundamento nos textos “A tarefa do tradutor”, “A imagem de Proust”, em alguns textos de *Rua de mão única*, de Walter Benjamin, e no último volume de *À la recherche*, de Proust, *O tempo redescoberto*.

Benjamin faz, no texto “A tarefa do tradutor”, considerações específicas sobre a tradução referentes às obras literárias, no entanto apresenta uma concepção generalizada da tradução, no tocante ao fato de estarmos o tempo todo traduzindo o mundo; nesse sentido ele propõe uma associação, a respeito da teoria da linguagem, entre a ciência e a arte, cuja fonte se encontra nos românticos. Assim, pode-se afirmar a filiação de Benjamin aos românticos. É justamente essa associação que nos interessa aqui,

*Mestre em Letras: Estudos Literários (FCL – UNESP, Araraquara, 2003). Doutoranda em Teoria e História Literária no IEL – UNICAMP. Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava, SP, e da Faculdade de Educação São Luís, de Jaboticabal, SP. erikaluiza@terra.com.br

ou seja, em que medida se pode falar da relação entre o ato criador do escritor literário com a “tarefa”, ou melhor, com o problema do tradutor? Qual pode ser o vínculo que estabelece a relação da gênese do texto literário com a tradução?

Segundo Fernando Camacho, tradutor do texto benjaminiano, que na primeira nota faz consideração sobre a constituição do texto, o ensaio sobre a tradução foi desenvolvido a partir da influência da teoria platônica do conhecimento — que apresenta a metáfora da caverna e das sombras. Deparamos no texto com o conceito de língua pura, que parece referir-se à idéia da linguagem adâmica, original, segundo a qual o verbo era capaz de apresentar a relação perfeita em uma unidade, isto é, sem a denominada, pelos lingüistas, arbitrariedade do signo lingüístico. A idéia do filósofo é concernente ao fato de que as línguas nacionais — tomadas por ele como inferiores, no sentido de terem sido corrompidas depois da queda — se completam justamente quando o tradutor consegue abranger a “região onde a palavra, o significado e a tonalidade afetiva [forem capazes de] constituir uma unidade perfeita, que não permite separar e destringer um dos outros os seus diferentes elementos” (CAMACHO, *in*: BENJAMIN, 1979, p.43). Assim, para Benjamin o que interessa é apenas a procura das essências e das idéias puras, procura que se refere à chamada língua pura, que é a “que está na base de todas as línguas e que é visada como a *tarefa* do tradutor; assim, a língua pura corresponde àquela ‘linguagem pura do nome’” (SELIGMANN-SILVA, 1999, p.88). Essa idéia da “linguagem pura do nome” diz respeito, segundo Benjamin, no texto “Sobre a linguagem em geral e a linguagem do homem” (s/d.a), ao homem que, ao nomear as coisas, apresenta sua própria essência lingüística.

Para Benjamin a tradução em que o tradutor se propõe a informar inevitavelmente transmitirá o inessencial, visto que o trabalho específico do tradutor não é simplesmente comunicar algo, sua “tarefa” está além do informar. O segundo problema das más traduções é a “transmissão deficiente e inexata dum conteúdo não-essencial” (BENJAMIN, 1979, p.38).

A tradução é uma forma e, se assim concebida, significa o regresso ao original onde se encontra a lei da traduzibilidade. Quanto à traduzibilidade da obra, Benjamin sustenta um argumento tipicamente romântico: “deve ser tomada em consideração a traduzibilidade das idéias literárias mesmo se estas fossem intraduzíveis para os seres humanos” (1979, p.38). A tradução, nesse aspecto, é uma forma recriadora de leitura. Não é admissível para Benjamin a tradução servil que se presta meramente a informar algo ao leitor.

Se a tradução é uma forma, sua traduzibilidade se encontra na sua própria essência. Nem todas as obras possuem essa essência, portanto nem todas as obras têm um significado essencial que possa ser expresso por meio da traduzibilidade. Dessa forma, a traduzibilidade é intrínseca às grandes obras; o que importa para Benjamin é a desconstrução da sintaxe da língua original e a reelaboração da sintaxe na língua nacional, ou seja, para a qual o texto está sendo traduzido.

A finalidade da tradução está justamente no fato de ela ser capaz de *expressar* a relação mais íntima existente nas línguas. Essa relação íntima entre as línguas pode ser expressa pelo fato de as línguas não serem estranhas umas às outras, não por seu parentesco histórico, mas por aquilo que pretendem exprimir. Esse parentesco real (próprio da nova teoria da tradução) se refere ao que é essencial traduzir.

A afinidade das línguas não está no parentesco histórico existente entre elas, essa afinidade encontra-

se nas suas intenções. O visado é o mesmo em termos absolutos, já o modo de visar não é o mesmo. O que interessa à tradução é o visado (o fenômeno) **em relação** a outros visados, resultando assim, na plena elaboração do modo de visar. A adequada relação entre os fenômenos, o visado, ganhará vigor na medida em que o tradutor conseguir elaborar plenamente, na língua para a qual traduz, o modo de visar.

Segundo Benjamin, “o poeta trabalha a língua nacional para construir formas que se erguem até a Língua pura, onde depois o tradutor as apreende, tendo que encontrar para elas a roupagem com que as revestir para as trazer à sua língua nacional” (CAMACHO, *in*: BENJAMIN, 1979, p.45).

A intenção da tradução difere da intenção da obra artística original. A intenção desta é primária e plástica, já a intenção da tradução é derivada e ideativa. “O motivo principal de uma tal integração das diferentes línguas numa língua única e verdadeira dá razão de ser à tarefa” da tradução (BENJAMIN, 1979, p.41). As frases, os poemas e as sentenças tomados isoladamente nunca se equivalem entre duas línguas. Contudo, resolvido o verdadeiro problema da tradução de atingir a plenitude da Língua pura, “as diferentes línguas completam-se umas às outras e reconciliam-se entre si no modo de querer dizer” (BENJAMIN, 1979, p.41).

Nesse sentido o filósofo apresenta os pressupostos para a tradução adequada, ou seja, para a boa tradução: “Fidelidade e liberdade: liberdade na restituição do significado; e, ao serviço deste significado, fidelidade para com as próprias palavras: são estes os velhos conceitos que surgem sempre que se fala da arte de traduzir” (BENJAMIN, 1979, p.41). Todavia, tradicionalmente literalidade e liberdade são conceitos que se contradizem. Afinal, “como poderia a literalidade de fato contribuir para a reprodução do significado original?” (BENJAMIN, 1979, p.41).

A literalidade deve servir à tradução no que concerne ao estabelecimento das inter-relações (*Zusammenhang*) mais pertinentes entre as línguas, a original e a nacional do tradutor.

O construto lingüístico deve ser levado em conta na tradução. A idéia é traduzir a ressonância do original para a língua nacional e, a partir daí, atingir a língua pura, plena, comum a todos. No centro dessa concepção de tradução há a diferença. A revelação das diferenças entre as línguas é essencial para o trabalho do tradutor.

A tradução transparente é aquela em que o tradutor deixa ver seu trabalho de *correspondência* entre as línguas e revela sua construção na língua em que está elaborando um modo de visar adequado. Assim,

essa exigência, cuja legitimidade é patente, mas cuja motivação se acha muito encoberta, deve necessariamente ser compreendida a partir de conexões [Zusammenhänge] mais pertinentes. Da mesma forma como os cacos de um vaso, para serem recompostos, devem seguir-se uns aos outros nos mínimos detalhes, mas sem serem iguais, a tradução deve, ao invés de procurar assemelhar-se ao original, conformar-se amorosamente, e nos mínimos detalhes, em sua própria língua, ao modo de visar do original, fazendo com que ambos sejam reconhecidos como fragmentos de uma língua maior, como cacos são fragmentos de um vaso. E precisamente por isso, ela deve abstrair, em larga medida, do sentido, da intenção de comunicar, sendo-lhe o original essencial apenas pelo fato de já ter eliminado para o tradutor e sua obra o esforço e a ordem necessários à obrigação de comunicar. (BENJAMIN, s/d.b, p.14)

Dáí a boa tradução prescindir de informar algo. Comumente a tarefa da tradução se cumpre no sentido de informar, comunicar algo, para isso o tradutor se ampara nas muletas da estrutura da frase, que se apresenta como um “muro” entre o original e a língua nacional; enquanto que o verdadeiro tradutor deveria considerar a literalidade do visado — o sentido não se esgota no visado — para, a partir daí, construir seu modo de visar na língua para a qual está traduzindo. Para Benjamin o problema do tradutor reside no fato de ele apreender a estrutura sintática do original e a conservar naturalmente para a língua em que traduz, já que a sintaxe demonstraria o verdadeiro espírito do texto ao valorizar a palavra. Para o filósofo:

A verdadeira tradução é transparente, não encobre o original, não o tira da luz; ela faz com que a pura língua, como que fortalecida por seu próprio meio, recaia ainda mais inteiramente sobre o original. Esse efeito é obtido, sobretudo, por uma literalidade na transposição da sintaxe, sendo ela que justamente demonstra ser a palavra — e não a frase — o elemento original do tradutor. Pois a frase constitui o muro que se ergue diante da língua do original e a literalidade, sua arcada. (BENJAMIN, s/d.b, p.15)

A tarefa da tradução prescinde de comunicar algo porque, para além daquilo que se possa comunicar, existirá algo não-comunicável. Sendo assim, o incomunicável será cooptado na tradução pelo *Simbolizado* no advir da própria língua, ou seja, “quando se supera a objetividade dos valores presentes, projetando-se assim no advir e no além” (CAMACHO, *in*: BENJAMIN, 1979, p.45). No que se refere ao *Simbolizante*, segundo Benjamin, temos as imagens já acabadas nas línguas, isto é, “quando o contato com a *Língua pura* ainda não foi conseguido, processando-se todavia ainda ao nível dos valores semânticos ou estritamente lógicos” (CAMACHO, *in*: BENJAMIN, 1979, p.45). Cumpre ao tradutor libertar a essência da *Língua pura* do significado restrito ao que há nela de lingüístico: “tornar o Simbolizante no próprio Simbolizado, restaurando a *Língua pura* que é formada no movimento da língua, constitui o único mas possante poder do tradutor” (BENJAMIN, 1979, p.42). Paradoxalmente é nessa *Língua pura*, que nada pretende exprimir e que nada exprime, em que se reúne finalmente toda a comunicação artística, onde o discurso, permeado pela literalidade e pela liberdade, atinge a plenitude.

Para Benjamin a linguagem é o “recinto” das idéias e o discurso configura o pensamento. Desse modo, o que está nas entrelinhas pode ser apreendido no fluir do discurso em que se configura o pensamento. Da mesma forma, a tradução deve ser a transposição de pensamento que se organiza por meio de conceitos. Nesse sentido, ele defende a tradução interlinear, isto é, a “versão que se encontra entre as linhas e que transcende os valores estritamente objetivos de um texto” (CAMACHO, *in*: BENJAMIN, 1979, p.45). Em outras palavras, defende a tradução de pensamento, e, para fazer isso, é preciso combinar literalidade e liberdade; sendo que esta se refere à descoberta de conceitos que estão nas entrelinhas do texto original.

Depois destas breves considerações sobre o problema do tradutor, passemos a enfocar um outro aspecto já mencionado: a distinção entre o texto informativo e o texto literário. Lendo os textos benjaminianos percebemos um diálogo entre eles. Quando o filósofo escreve sobre um determinado assunto retoma temas já desenvolvidos em outros textos. Isso nos faz pensar em estabelecer um paralelo entre um texto apresentado em *Rua de mão única*, intitulado “Contar arte”, e o texto considerado acima, “A tarefa do tradutor”.

No texto “Contar a arte”, Benjamin esclarece a condição “da verdadeira narrativa”, isto é, do texto literário, comparando-a com o texto informativo. Para tanto, menciona uma história contada por Heródoto, no décimo quarto capítulo do terceiro livro de suas “Histórias”. O relato se refere à captura do rei egípcio, Psamético, pelo rei persa, Cambises, que pretende humilhar o egípcio. Para que se cumpra o propósito da humilhação, Cambises ordena que o coloquem na estrada para assistir passar o cortejo triunfal dos persas, e prepara tudo de modo que o humilhado veja passar a filha como serva dos inimigos, permanecendo Psamético calado e imóvel; em seguida, vê que o filho é encaminhado à execução, ainda assim permanece o rei egípcio imóvel, fitando o chão. Mas, depois de ter presenciado estas cenas, observa um de seus servos, um velho homem empobrecido, na fileira dos prisioneiros; então, apresenta sinais de indignação, golpeando a cabeça com os punhos. Pois bem, esta é a narrativa de Heródoto, apresentada como toda arte, sem explicação, por isso ela não se esgota, ao contrário, ela oferece ao leitor várias possibilidades de explicação; não há uma única explicação, tal como almeja quem produz textos informativos. Notemos um fragmento do texto:

A informação recebe sua recompensa no momento em que é nova; vive apenas esse momento, deve entregar-se totalmente a ele e, sem perder tempo, a ele se explicar. Com a narrativa é diferente: ela não se esgota. Conserva a força reunida em seu âmago e é capaz de, após muito tempo, se desdobrar. (BENJAMIN, 1995, p.276)

É justamente esse algo não-comunicável do texto literário que nos interessa aqui. Como já mencionado anteriormente, para Benjamin, cumpre ao tradutor o árduo trabalho de resolver o problema da tradução procurando restituir à língua nacional esse não-comunicável da linguagem que é concernente a todas as línguas, isto é, encontrar a “língua pura” para reconstruir nela o modo de visar sustentado no mesmo *intentio*, no mesmo visado. No entanto, nosso propósito neste trabalho é procurar estabelecer a relação da tradução, num sentido mais abrangente, com o sentido que se refere ao trabalho arguto do escritor ao construir sua obra. Nesse aspecto, também o escritor assume a tarefa de traduzir a incomunicabilidade da linguagem, pois o que fica de uma obra de arte não se esgota depois da recepção do leitor, ao contrário, o leitor é suscitado à reflexão, e, portanto, convocado a apreender o não-comunicável.

Esta possibilidade de reflexão suscitada pela obra reside justamente no fato de ela não apresentar uma explicação imediata para o assunto abordado. A linguagem oferecida ao sujeito com a proposta de informar não dá conta de resolver os problemas da condição humana, já que a linguagem convencional não exprime a condição do ser. Nesse sentido, a linguagem meramente informativa apenas cumpre os propósitos imediatistas da contingência humana. No entanto, o homem não está reduzido a isso, ou seja, às suas necessidades contingenciais, ele precisa de algo mais para redimir a condição de sua existência, e esse algo mais a linguagem informativa não oferece, porque ela se esgota no instante em que é percebida.

Paradoxalmente, a linguagem informativa, comunicativa, é constituída por uma incomunicabilidade, para a qual somente a linguagem artística, descompromissada com a informação para uso imediato, poderá chamar a atenção do homem. É a linguagem artística, que não visa ao imediato, portanto à informação, que poderá, no entanto, oferecer ao sujeito uma comunhão com a linguagem primordial, com a “língua pura”, de que fala Walter Benjamin.

É importante ressaltar que, para Benjamin, a idéia de língua pura, de linguagem original/primordial não

se apresenta num sentido cronológico. Segundo Márcio Seligmann-Silva, em nota sobre comentário de Derrida acerca do texto benjaminiano “A tarefa do tradutor”, Benjamin não se detém no parentesco histórico entre as línguas, o que lhe interessa é a afinidade entre as línguas.

Afinidade não implica necessariamente semelhança; segundo Benjamin, a afinidade entre as línguas está nas intenções, no *intentio*. O visado pode significar a mesma coisa descontextualizado em termos absolutos, mas contextualizado, não; o importante para o tradutor é perceber a relação existente entre os fenômenos. Por isso, o tradutor não deve despreocupar-se com o modo de visar, já que é nele, em sua expressão, que o tradutor/criador consegue apresentar essa relação inerente a todas as línguas, a partir da apreensão da língua original. Para esclarecer melhor essa idéia, registremos a seguinte observação de Márcio Seligmann-Silva:

O tradutor deve, para Benjamin, então, tentar trazer para a sua língua aquela “visada” da língua da qual ele traduz; assim ele estará vinculado ao trabalho de “reconstrução” daquela linguagem originária “perdida”. A tradução deve justamente despertar a saudade com relação a esta linguagem “perdida”. (SELIGMANN-SILVA, 1999, p.89)

Essas observações nos fazem aproximar as idéias benjaminianas sobre tradução das idéias proustianas sobre a missão do escritor ao elaborar sua obra. Para Proust o verdadeiro escritor não precisa inventar os fenômenos de um livro essencial, pois eles “já existem em cada um de nós”. Assim, cabe ao escritor a “tarefa” do tradutor: tentar traduzir o visado por meio da reconstrução da linguagem original, isto é, da língua pura. Notemos como Proust apresenta essa idéia, no último volume de *À la recherche de temps perdu, Le temps retrouvé*:

Uma hora não é apenas uma hora, é um vaso repleto de perfumes, de sons, de projetos e de climas. O que chamamos realidade é uma determinada relação entre sensações e lembranças a nos envolverem simultaneamente — relação suprimida pela simples visão cinematográfica que se afasta tanto mais da realidade quanto mais lhe pretende limitar —, relação única que o escritor precisa encontrar a fim de unir-lhe para sempre em sua frase os dois termos diferentes. Podem-se alinhar indefinidamente, numa narrativa, os objetos pertencentes ao sítio descrito, mas a verdade só surgirá quando o escritor tomar dois objetos diversos, estabelecer a relação entre eles, análoga no mundo da arte à relação única entre causa e efeito no da ciência, e os enfeixar nos indispensáveis anéis de um belo estilo, ou quando, como a vida, por meio de uma qualidade comum a duas sensações, lhe extrair a essência, confundindo-as, para as subtrair às contingências do tempo, numa metáfora, ligando-as pelo laço indescritível de uma aliança de palavras. (...) para exprimir tais sensações, para escrever esse livro essencial, o único verdadeiro, um grande escritor não precisa, no sentido corrente da palavra, inventá-lo, pois já existe em cada um de nós, e sim traduzi-lo. O dever e a tarefa do escritor são as do tradutor. (PROUST, 1995, p.167-168)

A literatura não se deve limitar a descrever as coisas, com a finalidade de informar ou explicitar algum esquema ilusoriamente facilitador da nossa existência no mundo, uma vez que, quando se presta a isso, cerceia qualquer possibilidade de “comunicação do nosso eu presente com o passado, do qual as coisas guardavam a essência, e com o futuro, onde nos convidam a gozá-lo de novo” (PROUST, 1995, p.167).

Cabe ao escritor se posicionar enquanto um ser capaz de recriar a linguagem perfeita e autêntica; perfeita, não no sentido místico, ao contrário, enquanto linguagem reveladora da verdadeira essência

das coisas e dos seres. Linguagem perfeita ou adequada é aquela que somente a poesia pode expressar, porque busca a comunhão entre palavra e objeto, apresentando a superação, neste sentido, da arbitrariedade do signo lingüístico.

Sabemos que é peculiar à condição humana a incessante busca de sentido para a existência, a ipseidade. A crença na possibilidade de recriação dos sentidos que permeiam o mundo e, junto dele, a existência do sujeito só pode ser sustentada por meio da recriação da linguagem. É justamente este o aspecto para o qual Proust chama a atenção, quer dizer, a tarefa do escritor é precisamente a tarefa do tradutor, porque ambos precisam recriar a linguagem — entenda-se a linguagem poética, reveladora dos dizeres da alma e do desconhecido, e não a ordinária ou convencional. Pois a linguagem poética devolve ao sujeito a lembrança da existência do ser. Destacamos, assim, que, para recordar a origem do primeiro homem e da linguagem pura, é necessário não se esquecer de pensar a condição do ser. Afirma Benedito Nunes, no livro *Passagem para o poético: filosofia e poesia em Heidegger*:

Para Heidegger, esse silêncio que fala (Geläute der Stille) é a recordação daquilo que deve ser pensado, o não-esquecimento do Ser. É ainda em O que significa pensar? que Heidegger nos diz que a memória é a mãe das Musas, a primeira das quais Mnemosyne, a musa da poesia. A poesia retrocede ao manancial, ao pensamento do Ser enquanto lembrança. Mesmo na dialogação do pensamento que não se quer Filosofia e que se faz não-Filosofia, a poesia acaba sendo subjugada ao interesse do pensar: a lembrança do Ser. (NUNES, 1993, p.96)

Retroceder ao “manancial”, de que fala Nunes (a respeito de Heidegger), só é possível pela intervenção da linguagem poética, enquanto ofício do artífice em restaurar a língua pura. Para Benjamin, compete ao tradutor a reestruturação da língua pura a partir da versão interlinear, aquela que transcende os valores estritamente objetivos de um texto e busca encontrar nas entrelinhas do original os pensamentos que ali pairam. Para Proust, compete ao escritor a tarefa do tradutor, por ser aquele capaz de transmitir, por meio dos recursos próprios da língua na qual escreve, o que é próprio da condição humana, isto é, o que está no “manancial” de cada ser.

No texto “A imagem de Proust”, Benjamin comenta que “o importante, para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência” (1994, p.37). Nesse sentido, o filósofo chama a atenção para o esquecimento em Proust, para a memória involuntária que constitui os fios da própria obra. A cada manhã lembramo-nos apenas de alguns poucos detalhes que compuseram nossa existência até então, e, a cada dia, o contingente determina, com o exercício necessário de certas reminiscências, o esquecimento dos detalhes que constituem a lembrança. A vida humana é constituída pela memória, por meio da linguagem que entrelaça essa memória; no entanto, o que a memória retém é somente o que seja significativo para a organização/reorganização no plano do contingente, desprezando, assim, todo o ornamento, ou seja, o que não tenha significação direta e imediata para a existência. Proust inverte esse enfoque da memória; nele a memória involuntária está mais próxima do esquecimento que daquilo que comumente chamamos reminiscência (BENJAMIN, 1994). Benjamin lembra ainda que

um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Num outro sentido, é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura. Ou seja, a unidade do texto está apenas no actus purus da própria recordação, e não na pessoa do autor, e muito menos na ação. (BENJAMIN, 1994, p.37)

Assim, só é possível ao leitor compreender Proust a partir da consideração desse leitor em relação ao seu próprio íntimo, à sua vida interior, porque é preciso perceber que o significado real da vida humana é imanente aos acontecimentos mais banais da existência. Atribuir demasiada importância às grandes ações humanas é deixar escapar por entre os dedos os instantes mais efêmeros, e, por isso mesmo, mais preciosos em significação na existência. É como deixar escorrer por entre os dedos a plena água, porque em abundância, quando se está à procura do diamante, isto é, do grande achado, do grande feito. Os instantes efêmeros são os instantes, proporcionados pela arte, de transcendência semântica, portanto momentos de plenitude oferecidos ao leitor que puder compartilhá-los; são estes, portanto, os diamantes da nossa existência. Benjamin comenta esse aspecto proustiano: “Quando Proust descreve, numa passagem célebre, essa hora supremamente significativa, em sua própria vida, ele o faz de tal maneira que cada um de nós reencontra essa hora em sua própria existência” (1994, p.38).

Então, podemos relacionar, como já apontado, a constatação benjaminiana, “essa hora supremamente significativa,” à idéia peculiar ao texto artístico, à de transcendência semântica. Em Proust, o narrador — e o leitor introspectivo de Proust — se dá conta de que é possível sair do tempo a partir do momento em que percebe que não está recuperando o passado pela rememoração, nem está presentificando o passado; o que o narrador de Proust faz — e isso também pode ser comungado com o leitor — é transcender o tempo, no sentido de que ele não simplesmente “recupera” o passado, nem estabelece projeções futuras a partir do presente; faz algo mais, percebe que é possível encontrar-se consigo mesmo *além* do presente, sem a proposta de “recuperação” do passado e sem a constituição de perspectivas futuras; *além* pode significar para o narrador proustiano a propriedade de estabelecer um outro tempo não demarcado. Tempo este somente configurável pelas percepções da memória relativas à hora suprema de que fala Benjamin, quer dizer, ao instante de plenitude, proporcionado pela consciência.

Benjamin esclarece que Proust não tinha o propósito de construir uma obra metafísica e a constrói sem um plano previamente elaborado; contudo, constrói uma obra que obedece a um plano sustentado pelo fato de ter experimentado a vida de maneira nada convencional. Sua fraqueza, a asma, responsável por sua morte, é também responsável pela construção do plano da obra, ou seja, responsável pela eternidade de sua obra. O que determina a significação da obra proustiana é a eternidade. Observemos o comentário de Benjamin:

A eternidade que Proust nos faz vislumbrar não é a do tempo infinito, e sim a do tempo entrecruzado. Seu verdadeiro interesse é consagrado ao fluxo do tempo sob sua forma mais real, e por isso mesmo mais entrecruzada, que se manifesta com clareza na reminiscência (internamente) e no envelhecimento (externamente). Compreender a interação do envelhecimento e da reminiscência significa penetrar no coração do mundo proustiano, o universo do entrecruzamento. É o mundo em estado de semelhança, e nela reinam as “correspondências”, captadas inicialmente pelos românticos, e de modo mais íntimo por Baudelaire, mas que Proust foi o único a incorporar em sua existência vivida. É a obra da mémoire involontaire, da força rejuvenescedora capaz de enfrentar o implacável envelhecimento. (...) Mas o que chamamos rejuvenescimento é justamente essa concentração na qual se consome com a velocidade do relâmpago o que de outra forma murcharia e se extinguiria gradualmente. À la recherche du temps perdu é a tentativa interminável de galvanizar toda uma vida humana com o máximo de consciência. O procedimento de Proust não é a reflexão, e sim a consciência. (BENJAMIN, 1994, p.45-46)

Essa eternidade proustiana, amparada pela intersecção entre os tempos, é constituída na base do estabelecimento das relações de semelhança emergidas da memória entre os objetos, as coisas e os seres mais díspares possíveis, que vão configurar as metáforas surrealistas presentes na obra proustiana. É a partir do sonho que elas são configuradas. “Toda interpretação sintética de Proust deve partir necessariamente do sonho. (...) É nele que se enraíza o esforço frenético de Proust, seu culto apaixonado da semelhança” (BENJAMIN, 1994, p.39). E Benjamin prossegue desdobrando o aspecto da semelhança em Proust a partir de um diálogo assegurado com um outro texto, “Armários”, publicado em *Rua de mão única*.

Neste o filósofo alemão fala de uma experiência própria quando criança. Ao abrir uma cômoda e pegar em uma gaveta um par de meias, sempre deixava o pensamento flutuar para imaginar e descobrir nesse par de meias as mais diversas semelhanças entre ela e outros objetos, ou simplesmente abstrair os objetos e estabelecer a semelhança das meias com conceitos nada concretos. Vejamos:

Era preciso abrir caminho até os cantos mais recônditos; então deparava minhas meias que ali jaziam amontoadas, enroladas e dobradas de maneira tradicional, de sorte que cada par tinha o aspecto de uma bolsa. Nada superava o prazer de mergulhar a mão em seu interior tão profundamente quanto possível. E não apenas pelo calor da lã. Era “tradição” enrolada naquele interior que eu sentia em minha mão quente e que, desse modo, me atraía para aquela profundidade. Quando encerrava no punho e confirmava, tanto quanto possível, a posse daquela massa suave e lanosa, começava então a segunda etapa da brincadeira que trazia a empolgante revelação. Pois agora me punha a desembrolhar a “tradição” de sua bolsa de lã. Eu a trazia cada vez mais próxima de mim até que se consumasse a consternação: ao ser totalmente extraída de sua bolsa, a “tradição” deixava de existir. Não me cansava de provar aquela verdade enigmática: que a forma e o conteúdo, que o invólucro e o interior, que a “tradição” e a bolsa, eram uma única coisa. Uma única coisa — e, sem dúvida, uma terceira: aquela meia em que ambos haviam se convertido. (BENJAMIN, 1995, p.122)

Benjamin observa, no texto crítico sobre Proust, que a semelhança constituída em Proust não é a estabelecida “entre dois seres, a que estamos habituados e com que nos confrontamos em estado de vigília”, esta é apenas “um reflexo impreciso da semelhança mais profunda que reina no mundo dos sonhos” (1994, p.39). As crianças, de certa forma, estão habituadas a esse exercício de imaginação, “que tem a estrutura do mundo dos sonhos” (BENJAMIN, 1995, p.39). Proust, assim como as crianças que não se cansam de transformar o que já está configurado no mundo, desenvolve esse exercício de imaginação esvaziando “com um só gesto o manequim, o Eu, para evocar sempre de novo o terceiro elemento: a imagem, que saciava a sua curiosidade, ou nostalgia” (BENJAMIN, 1995, p.40).

Assim, referente ao exercício de transformar, imaginando novas, ou apenas possíveis, configurações para o mundo, o escritor francês procura cumprir a “tarefa” de traduzir o mundo, explorando as semelhanças, extraídas do entrecruzamento proporcionado pelo fluxo do tempo. É a partir dessa constituição que o narrador/autor consegue atingir o instante de plenitude — o tempo não demarcado cronologicamente — e não mais temer a morte, já que soube magistralmente captar nas entrelinhas do tempo a língua pura de que fala Benjamin, isto é, a configuração de uma obra literária, no que ela possa ter de representação do eterno.

ABSTRACT

The present article is concerned with the work of the translator of the literary text. To deal with this subject, we base our reflections on Walter Benjamin's philosophical texts. We also look for establishing the approximation of the translator's "task" to the literary writer's; with this purpose, we base ourselves on Marcel Proust's work.

KEYWORDS: *Pure language. Fidelity/freedom. Incommunicability. Interlinear translation.*

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem. Tradução inédita de Susana Kampff Lages. s/d.a.
- BENJAMIN, W. A tarefa do tradutor. Tradução inédita de Susana Kampff Lages. s/d.b.
- BENJAMIN, W. A tarefa do tradutor. Trad.: Fernando Camacho. *Humboldt*, Munique, n.40, p.38-45, 1979.
- BENJAMIN, W. A imagem de Proust. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad.: Sérgio Paulo Rouanet; prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.p.36-49. (Obras escolhidas, 1)
- BENJAMIN, W. Armários. In: _____. *Rua de mão única*. Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.p.122-125. (Obras escolhidas, 2)
- BENJAMIN, W. Contar arte. In: _____. *Rua de mão única*. Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.p.276-277. (Obras escolhidas, 2)
- NUNES, B. *No tempo do niilismo: e outros ensaios*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- PRADO, A. *Poesia reunida*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- PROUST, M. *O tempo redescoberto*. Trad.: Lúcia Miguel Pereira. 12.ed. São Paulo: Globo, 1995. (Em busca do tempo perdido, 7)
- SELIGMANN-SILVA, M. *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica poética*. São Paulo: Fapesp; Iluminuras, 1999.